

PROJETO DE LEI Nº 40/2025

***Acrescenta inciso à Lei Municipal nº 1.450/2013 para autorizar a contratação temporária de profissionais para o cargo de Monitor Escolar, e dá outras providências.***

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** O art. 3º da Lei Municipal nº 1.450, de 14 de junho de 2013, passa a vigorar acrescido do inciso VI, com a seguinte redação:

**Art. 3º** É permitida a contratação de profissionais para ocupar as vagas dos seguintes cargos temporários:

(...)

VI – até 80 (oitenta) vagas para Monitores Escolares.

(...)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 9 dias do mês de outubro de 2025.

  
**Neivor Kessler**  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Capanema - PR



PROTOCOLO GERAL 865/2025  
Data: 10/10/2025 - Horário: 16:32  
Legislativo

**Justificativa do Projeto de Lei n.º 40 /2025**

**Excelentíssimo Senhor Presidente  
Nobres Vereadoras e Vereadores**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo incluir, entre as hipóteses de contratação por tempo determinado previstas na Lei Municipal nº 1.450/2013, a função de Monitor Escolar, autorizando a abertura de até 80 (oitenta) vagas temporárias destinadas a suprir a necessidade de apoio pedagógico e de cuidado nas unidades de ensino da rede municipal.

A medida visa assegurar a continuidade e a qualidade do atendimento escolar, especialmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Estaduais da Educação Infantil e Inclusiva, notadamente a Deliberação CEE/PR nº 06/2025 e o Parecer CNE/CP nº 50/2023, homologado pelo Ministério da Educação.

Esses normativos reconhecem a figura do profissional de apoio escolar, aqui denominado Monitor Escolar, como integrante da equipe educacional, responsável por colaborar com as atividades de cuidado, alimentação, higiene, locomoção e apoio às ações pedagógicas, sempre sob a supervisão do professor regente, sem exercer função docente.

A contratação temporária desses profissionais se justifica pelo excepcional interesse público de adequar o atendimento escolar às novas demandas pedagógicas e comportamentais observadas nas salas de aula da rede municipal, diante do aumento de diagnósticos e recomendações de acompanhamento especializado, como nos casos de autismo (TEA) e de outros transtornos do neurodesenvolvimento, a exemplo do TDAH, que demandam estratégias pedagógicas diferenciadas e maior atenção individualizada.

A medida tem ainda caráter avaliativo e organizacional, permitindo ao Município analisar, de forma prática e controlada, a efetividade da função de Monitor Escolar dentro da estrutura das unidades de ensino, identificando atribuições, necessidades e impactos financeiros, a fim de subsidiar ajustes e eventual reestruturação administrativa definitiva.

Importa destacar que o presente projeto não cria cargo permanente, mas apenas autoriza contratações temporárias, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, com vistas a atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Os contratos firmados com base nesta lei terão prazo determinado, e as funções desempenhadas pelos monitores não se confundem com a docência, preservando-se integralmente o princípio do concurso público para os cargos efetivos.



Assim, o projeto reflete planejamento responsável, respeito aos princípios constitucionais da administração pública e aderência às normas educacionais vigentes, motivo pelo qual se submete à apreciação e aprovação dos nobres Vereadores.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de outubro de 2025.

  
**Neivor Kessler**  
*Prefeito Municipal*